

Depois de estender o auxílio emergencial por dois meses, com valor de 300 reais, o ministro da Economia agora fala em unificar benefícios sociais, entre eles o Bolsa Família.

Depois de estender o auxílio emergencial por dois meses, com valor de R\$ 300, o ministro da Economia, Paulo Guedes, agora fala em unificar benefícios sociais, entre eles o Bolsa Família, e criar o chamado Renda Brasil.

É possível que benefícios em vigor, como o abono salarial, sejam revistos, para incluir também trabalhadores informais. O governo também pretende usar o banco de dados do auxílio emergencial para criar um programa de geração de empregos.

Enquanto isso, micro e pequenos empresários continuam tendo dificuldade em ter acesso a crédito durante a pandemia. O Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foi aprovado em abril, mas as regras só foram publicadas pela Receita Federal na terça-feira (9).

Contramão

A proposta da

Jefferson Rudy/Agência Senado



Novo programa de transferência de renda arrisca causar retrocesso no Bolsa Família, mas pode trazer redução de custos.

equipe econômica de unificar benefícios sociais criando um novo programa de transferência de renda para o País — o Renda Brasil, que tem por objetivo substituir o Bolsa Família — marca uma guinada nas propostas do governo até aqui, dizem especialistas.

Segundo o pesquisador do IDados, Bruno Ottoni, a ideia do Renda Brasil vai de encontro ao que governo falava, tanto na campanha eleitoral como após a vitória, e difere das políticas que vinham sendo apresentadas, inclusive de ajuste fiscal.

"Eram outras di-

mensões da política: Carteira Verde Amarela, reforma tributária, privatizações", diz o especialista, lembrando que o governo não mostra "apreço pelo Bolsa Família". "Apesar de ter criado o décimo terceiro salário, outras políticas andaram em outro sentido. Deixou acumular fila, que ficou muitos anos zerrada. Não reajustou o valor da transferência nem a linha para entrada no programa."

Freio à rejeição

Marcelo Neri, diretor do FGV Social, também teme que mudanças no Bolsa Família causem retrocesso para o programa que

funciona bem.

Daniel Duque, da FGV, acha positivo unir programas sem subir muito o gasto fiscal e sugere unir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao Bolsa Família.

Ele diz que a proposta do governo também ajudará a diminuir a rejeição que virá com a redução e o fim do auxílio emergencial.

"O governo não vai ter capacidade fiscal de manter as transferências no mesmo volume do auxílio. É um programa caro, mas, quando mudar, vai haver choque de renda nas famílias, o que tende a gerar alguma rejeição ao governo."